

ANTONIO DELFIM NETTO**Tragédia brasileira**

É CADA VEZ mais evidente que a execução do brilhante Plano Real deixou como herança um Estado obeso e endividado que impõe o baixo crescimento. A tabela abaixo registra a taxa de inflação de 2006 e a taxa média de crescimento do PIB desde o início de quatro programas de estabilização.

País	Inflação	PIB
Israel (1984)	2,8%	5,0
México (1987)	3,5%	3,2
Argentina (1990)	9,8%	3,3
Brasil (1994)	3,1%	2,4

Fontes: IBGE, Indec, FMI

Todos os latino-americanos tiveram um resultado píffio, mas o do Brasil foi o pior. Israel, mesmo numa situação de permanente beligerância, tem crescido à média de 5% ao ano há 20 anos. O quadro é muito pior do que parece. O crescimento anual da população do México é de 1%, o que produz um crescimento per capita do PIB da ordem de 2,2% ao ano (dobra em 32 anos), e a Argentina vê também sua população crescer a 1% ao ano, com um crescimento per capita de 2,3% (dobra em 30 anos). O Brasil registra um crescimento populacional de 1,4% ao ano, o que nos deixa com um crescimento per capita de 1% ao ano (dobra a cada 70 anos!). Em 2005, o PIB per capita (em paridade de poder de compra, US\$) dos três países era o seguinte:

PIB per capita	2005	2030*
México	10.030	18.600
Argentina	13.920	24.600
Brasil	8.230	10.550

Fonte: Banco Mundial *Projeção se o crescimento continuar como está

Em mais uma geração, se continuarmos a conversar sobre o crescimento em lugar de realizá-lo, teremos os PIBs per capita previstos no quadro anterior na mesma unidade (US\$PPP-2005). Não se trata de destino. Aceitar a possível tragédia do empobrecimento relativo do Brasil depende só de nós: da nossa capacidade de decidir o que fazer para crescer a uma taxa per capita de pelo menos 3% a 3,5%, o que significa um crescimento do PIB em torno de 4,5% a 5%.

A mensagem cruel é que será muito difícil fazer isso: 1º) com a sociedade do "bem-estar" social construída com mais paixão do que razão na Constituição cidadã. Ela se acomodaria muito mal mesmo se tivéssemos o triplo do nosso PIB per capita; 2º) se insistirmos em ampliar a ênfase no passado (previdência e assistência) em detrimento do futuro (educação e saúde dos jovens, o que começa a ser corrigido pelo PDE) e 3º) se insistirmos em aumentar as despesas de custeio do governo em detrimento das de investimento. Isso está longe de sugerir a necessidade de um retorno aos bem-vindos avanços sociais conseguidos. Exige apenas que se melhore o seu "foco" e se aprofunde o seu monitoramento.